

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS IDOSAS: O CASO DA GUINÉ-BISSAU

Discente: Manelinho Jorge Tamba

E-mail: manelinhojtamba@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Rosalina Semedo De Andrade Tavares

E-mail: rosalina@unilab.edu.brhjnhbn

Resumo:

O presente artigo tem como propósito identificar como a Guiné-Bissau tem se mobilizado para promover políticas públicas para idosos na Guiné-Bissau. O país precisa começar a se preocupar em desenvolver uma análise e avaliação das estratégias e ações para implementação das políticas públicas da saúde. Torna-se relevante a colaboração e integração entre os países da língua portuguesa para promover o bem-estar e a saúde das pessoas idosa, nível da segurança, e atenção primária à saúde do idoso que impacta em seu bem-estar. Incluiu-se analisar os sentimentos de pessoas que vivenciam a fase de envelhecimento na Guiné-Bissau, utilizando-se a técnica e instrumentos da entrevista. Portanto, foi realizada uma pesquisa, de campo exploratória, de análise qualitativa em fontes secundárias e bases de dados, obtidas em entrevistas e disponíveis na internet por meio de um levantamento bibliográfico, principalmente de livros e artigos científicos, com a finalidade de revisão de literatura, além da consulta a documentos oficiais, de âmbito nacional. É de salientar que, é necessário considerar que o país ainda enfrenta grandes desafios em relação à saúde pública, como a falta de infraestrutura e a escassez de recursos humanos. Isso implica que o Estado deve se pautar como prioridade em uma política saudável ~~em~~ para os cidadãos da terceira idade. Nas respostas recolhidos com os entrevistados, ficou demonstrado não a haver, por parte do governo, uma política clara voltada na promoção de envelhecimento saudável no país. A pesquisa também demonstrou que são as organizações não governamentais que acabam assumindo o papel do Estado, o que não deveria acontecer, embora se considere da maior relevância a parceria de ONGs com o Governo.

Palavra-chave: Saúde, Pessoas Idosas e Políticas Públicas-Guiné-Bissau

Abstract

This article aims to identify how Guinea-Bissau has mobilized to promote public policies for elderly people in Guinea-Bissau. The country needs to start worrying about developing an analysis and assessment of strategies and actions for implementing public health policies. Collaboration and integration between Portuguese-speaking countries becomes relevant to promote the well-being and health of elderly people, the level of safety, and primary health care for the elderly that impacts their well-being. It included analyzing the feelings of people experiencing the aging phase in Guinea-Bissau, using interview techniques

and instruments. Therefore, exploratory field research was carried out, with qualitative analysis in secondary sources and databases, obtained in interviews and available on the internet through a bibliographical survey, mainly of books and scientific articles, with the purpose of literature review, in addition to consulting official documents, nationwide. It is worth noting that it is necessary to consider that the country still faces major challenges in relation to public health, such as the lack of infrastructure and the shortage of human resources. This implies that the State must prioritize a healthy policy for senior citizens. In the responses collected from the interviewees, it was demonstrated that there was no clear policy on the part of the government aimed at promoting healthy aging in the country. The research also demonstrated that it is non-governmental organizations that end up taking on the role of the State, which should not happen, although the partnership between NGOs and the Government is considered to be of the greatest importance.

Keyword: Health, Elderly People and Public Policies-Guinea-Bissau

1. Introdução

No que diz respeito à saúde pública, está cada vez mais complexa dadas as fragilidades, dificuldades e carências patentes no sistema de saúde guineense, para os idosos é preciso criar uma política públicas para promoção para toda comunidade e mais especificamente para os idosos (DJATÁ, 2021, p. 1). Este é um princípio básico de qualquer governança pública para atender inclusive os documentos internacionais, declaração universal dos direitos humanos, do homem e do cidadão, convenção dos direitos das pessoas com deficiência, a carta africana dos direitos humanos e dos povos e plano estratégico regional 2020/2024 do envelhecimento saudável no espaço do CEDEAO, e que Guiné-Bissau é signatário. Nessa perspectiva, a Guiné-Bissau; carece de políticas públicas para as pessoas idosas, e para algumas zonas do país que não sentem a presença do Estado. (ANEME: p. 15, 2018).

As políticas públicas de saúde para pessoas idosas são de extrema importância em todas as nações, pois elas garantem o direito à saúde e ao envelhecimento com dignidade. Nesse sentido, é fundamental que os países da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP) busquem uma articulação intergovernamental para garantir o acesso universal à saúde desses indivíduos. A área de Saúde do Idoso é um campo no qual para que as políticas públicas se tornem eficazes e possam ser efetivamente aplicadas, se faz necessária uma articulação com os demais setores governamentais.

No contexto da Guiné-Bissau, é necessário considerar que o país ainda enfrenta grandes desafios em relação à saúde pública, como a falta de infraestrutura e a escassez de recursos humanos. Além disso, a população idosa representa uma parcela significativa da população, segundo (INE-GB, 2009) “a população idosos/as da Guiné-Bissau, corresponde apenas à 4,7% do total da população do país em 2009, esta percentagem era de 7,2% em 1991

demandando uma atenção mais específica para essa faixa etária”. Vaz (2021), afirma que, ter saúde em Guiné-Bissau é um luxo, porque tem certos cidadãos que têm privilégio de saúde, mas a maioria não tem o acesso devido à dificuldade de centro de saúde na sua zona rurais do país, isso acontece com a frequência mais na zona rural, por falta de infraestruturas das estradas para dar acesso ao centro de saúde. Assim é fundamental que sejam criadas políticas públicas que garantam atenção integral à saúde dos idosos, com a elaboração de um plano estratégico que leve em consideração fatores como a prevenção e o tratamento de doenças crônicas, a promoção de hábitos saudáveis e a assistência social para uma vida mais digna.

Levando em consideração que a políticas públicas de saúde para pessoas idosas, na Guiné-Bissau, não existe nenhum estudo aprofundado sobre a condição sócio económica e cultural da população idosa (INE, 2009). Entretanto, nessa faixa etária da população da terceira idade merece atenção e cuidado condigno, entretanto, diversos desafios ainda precisam de atenção para criar uma realidade cada vez melhor e justa para a pessoa idosa, levando em conta tanto sua saúde física quanto mental. Este estudo também visa apreciar as principais leis e políticas criadas de atenção ao idoso e a preparação do Assistente Social para o amparo adequado deste grupo etário. As políticas públicas que garantem a segurança, saúde e bem-estar dos idosos. Nessa fase eles/as perderam a capacidade de produzir como antes e a força e entre outros. O motivo da escolha do tema, é que não há políticas públicas voltadas para as pessoas idosas criadas pelo governo da Guiné-Bissau, a grupo de jovens, médicos, enfermeiros e assistente social, juntamente com os parceiros internacionais que o apoia nas algumas verbas para assistência médica-medicamentosa, não a associação que defende os idosos, como nos outros países que a Guiné-Bissau é signatário. Muitos idosos perdem a vida, por causa da não existência de um centro de saúde especializado que presta atenção para idosos. O país carece de política científica específica sobre a saúde para os idosos/as, a sociedade precisa dos idosos para transmitir os conhecimentos e experiências adquiridos no passado.

Para que essas medidas sejam efetivas, é fundamental que haja uma articulação entre a área de saúde e outras áreas, como a educação, a cultura, a economia e a justiça, visando fortalecer a rede de proteção social e asse grupo vulnerável. Telles e Borges (2013, p. 3555) afirmaram que “O fato de os países que compõem a região subsaariana da África terem as menores expectativas de vida ao nascer do mundo não quer dizer, em absoluto, que não existam pessoas idosas nesta área do planeta”.

Dessa forma os países da CPLP podem contribuir para que a Guiné-Bissau avance no desenvolvimento de políticas públicas de saúde para a população idosa, com a partilha de experiências e a oferta de assistência técnica, fortalecendo a integração regional e promovendo o direito universal à saúde para todos. Na carta africana dos direitos humanos e dos povos relativos aos direitos de idosos em África, no seu art. 18 “Compete o Estados-

membros a tomar medidas para garantir que os idosos tenham o acesso à infraestrutura, incluindo edifícios, transportes públicos e lhes sejam dados prioridade à acesso”.

No entanto acolhimento para a pessoa que está em vulnerabilidade precisam de um tratamento adequado ou saudável, a manutenção e melhoria, ao máximo da capacidade funcional dos idosos, a prevenção de doenças, a recuperação da saúde dos que adoecem e a reabilitação daquelas que venha a ter a sua capacidade funcional restringidas, de modo a garantir-lhes permanência no meio em que vivem, exercendo independente suas funções na sociedade. Capacitar os cuidadores do idoso que é técnico de saúde precisa de ter grande qualidade para atender demandas de qualidade de vida dos idosos, isso vai contribuir para melhorar a realidade na sociedade guineense e dos governantes menos atentos.

2. Objetivo Geral

- Identificar como Guiné-Bissau tem se mobilizado para promover políticas públicas para idosos

2.1 Objetivos Específicos

- a) Realizar um levantamento das políticas públicas das pessoas idosas mais comuns da comunidade da língua portuguesa;
- b) Comparar o nível da segurança a atenção primária à saúde ao idoso o que impacta em seu bem-estar;
- c) Analisar os sentimentos de pessoas que vivenciam a fase de envelhecimento na Guiné-Bissau.

3. Políticas Públicas

Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões, a resolução de um problema público entendido como coletivamente relevante. “*Politics* é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” Bobbio (2002), apud (Leonardo Secchi, 2010, p. 1).

O termo política público (*public policy*) está vinculado a esse segundo sentido da palavra `Política`. As políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões.

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Na literatura especializada não há consenso quanto à definição do que seja uma política pública, alguns questionamentos sobre as políticas públicas são elaborados exclusivamente pelos atores estatais ou não estatais, ficou essas perguntas sem respostas é negligência do Estado para assumir as suas responsabilidades aí ONGs acaba assumir uma política pública para solucionar o problema.

O envelhecimento como um processo complexo que ocorre em cada pessoa, individualmente, mas condicionado a fatores sociais, culturais e históricos, Goldman (2003), e também na concepção de Debert (2007) a chamada terceira idade e os movimentos que se organizam em torno dela indicam mudanças radicais no envelhecimento, que deixa de ser compreendido como decadência física, perda de papéis sociais e retraimento. Segundo (INE, 2009, p. 11) a população idosa da Guiné-Bissau, corresponde de apenas à 4,7% do total da população do país em 2009, esta percentagem era de 72% em 1991, a falta de políticas públicas voltados às pessoas idosos que originou a descida da percentagem no 2009. “A população idosa é maioritariamente composta por mulheres (54,9%) contra 45,1% de homens. As diferenças entre os sexos podem estar ligadas ao fenómeno de mortalidade que atinge mais homens de que mulheres nas idades mais avançadas” (INE, 2009, p.11). Nos países menos desenvolvidos como é o caso da Guiné-Bissau é um problema que precisa ser resolvido, na criação de políticas públicas consistentes porque, os idosos ocupam cota parte da população.

O envelhecimento populacional é uma das questões que gradativamente ganha terreno no âmbito das cooperações internacionais, a Guiné-Bissau é altamente dependente da ajuda internacional, entretanto o país tem vivido sucessivas crises políticas e institucionais que dificultam a implementação contínua e efetiva das políticas públicas. O país é altamente dependente da ajuda internacional, Telles; Borges (2013, p. 3554).

Desde então, os países, em diferentes graus, têm buscado caminhos para que estes princípios se tornem realidade. Neste contexto, os estudos sobre o envelhecimento demográfico e suas consequências para as políticas públicas cresceram significativamente, em particular nos países desenvolvidos. No entanto, a região da África Subsaariana talvez seja aquela em que menos se estruturam estudos e pesquisas sobre envelhecimento populacional. A saúde global, termo que busca dar sentido aos desafios de um mundo globalizado e em constantes mudanças, se caracterizaria “pelo sentido da responsabilidade coletiva pela saúde [...]”

Porém, nos países desenvolvidos que já têm o nível de desenvolvimento na área de saúde e que presta saúde de qualidade ou mínimo em todo território do país, para implementar essas políticas públicas para o idoso, a probabilidade de não ser real é pouco enquanto nos países menos desenvolvidos no caso da Guiné-Bissau para que essas políticas públicas sejam concretizadas custa muito. Augusto Silva et, al. (2017), salienta que a fragilidade e carências ao nível da saúde e do funcionamento do seu sistema de saúde não respondendo este as necessidades de saúde do país, com tantas instabilidades políticas, golpe de estado sucessivos, faz com que os governos não conseguem tornar programa eleitoral apresentado pelo povo numa realidade é um dos fatores que proíbe o desenvolvimento de saúde em Guiné-Bissau, mas não só em todos setores que compõem o país.

Nos países em desenvolvimento, a população está a envelhecer muito rapidamente, deixando às entidades governamentais pouco tempo para reagir ao fenômeno do envelhecimento e para implementar estratégias políticas, sociais e econômicas nessa área. Enquanto os países de alta renda, como o Japão e países europeus, nomeadamente a França, tiveram tempo de se adaptar à mudança demográfica, porque ela foi progressiva, nos países em desenvolvimento não se espera que tal aconteça, considerando o ritmo acelerado dessa transição. Até ao ano 2050, estima-

se que cerca de 80% de todos os idosos pertençam a países de baixa e média renda. (ASSUNÇÃO; PINTO; JOSÉ. 2020, p, 2 de 11).

O futuro é imprevisível que por isso, planeja para quaisquer mudanças a sociedade está em constante mudança por causa da evolução tecnológica, as pessoas idosos/às ficam velhos sem dar de conta, (ASSUNÇÃO; PINTO; JOSÉ. 2020) os países menos desenvolvidos não conseguem implementar seus planos estratégicos e seus idosos/as não vão conseguir resistir vai morrer, enquanto nos países desenvolvidos sempre tem alternativa ou solução porque o país está muito estruturado através dos planejamentos feitos.

Na concepção de (TELLES; BORGES, 2013), o processo de transição demográfica e envelhecimento, o país de terceiro mundo precisa cuidar com a taxa de natalidade e baixa fertilidade e depois pensam nas pessoas idosas, isso deve ser de imediato, numa criação de políticas públicas de emergência para contornar a situação nesses países. Entretanto quanto mais cuidar da saúde de uma pessoa idosa, significa aumentar a esperança da própria sociedade porque não sabe a contribuição que ele/a pode trazer para sociedade, segundo ASSUNÇÃO; PINTO; JOSÉ. 2020, p. 2 “o aumento da esperança média de vida significa um aumento de várias oportunidades para os idosos, famílias e sociedades, mas o seu desenvolvimento efetivo depende de um fator determinante, que é a saúde”.

Frequentes sem apropriação das políticas e estratégias de saúde vigentes pelos novos líderes. Política Nacional de Saúde data de 1993. Fraca capacidade de gestão e articulação em todos os níveis do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Instabilidade institucional devido a movimentos frequentes de gestores/administradores. Coordenação inadequada entre o MINSAP, as regiões e os vários parceiros. Modelo excessivamente centralizado. Atual modelo programático verticalizado, funcionando em paralelo fragmenta ainda mais o SNS. Atividade privada não regulamentada. Poucos instrumentos de gestão formalizados: leis orgânicas, visão, missão, legislação, regulamentos, procedimentos, termos de referências dos cargos, entre outros. (GUERREIRO, et al. 2017, p. 57)

A Guiné-Bissau precisa de uma liderança governação sólida a organização e gestão, para que possa contornar a situação, a questão de saúde é problema grave ou melhor em toda área que compõem a sociedade guineense o Estado deve criar uma estratégia para aumentar as verbas para área de saúde (Guerreiro; et; al. (2017) no orçamento geral do Estado; A grande verdade é que a maioria parte do financiamento que vem para Ministério de Saúde Pública (MINSAP), depende maioritariamente do apoio dos parceiros do desenvolvimento, cuja falta da transparência pelos gestores isso dificultam no atingimento dos objetivos programados.

Entretanto é muito fundamental, os profissionais da saúde não estão padronizados. As carreiras não implementadas, com necessidade de atualização. Falta de capacidade para manter supervisão formativa. Instrumentos regulatórios da administração autónoma do Estado. A infraestrutura precisa ser de qualidade para acolher os pacientes e materiais suficientes para atender os pacientes e eles/as que os funcionários precisam prestar o serviço de qualidade. Na mesma perspectiva que o protocolo à carta africana dos direitos humanos e

dos povos relativos aos direitos de idosos em África, em Adis Abeba, Etiópia (2016) recomenda no seu artigo 12º salienta que, compete aos Estados-membros:

Adoptar políticas e legislação que providenciem incentivos aos membros da família que prestam cuidados domiciliários aos idosos; 2. Identificar, promover e reforçar sistemas tradicionais de apoio para melhorar a capacidade das famílias e das comunidades de cuidar dos membros da família idosos; e 3. Garantir a atribuição de tratamento preferencial na prestação de serviços aos idosos.

Entretanto a Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu artigo 46º na sua alínea 3- “O Estado criará gradualmente um sistema capaz de garantir ao trabalhador segurança social na velhice, na doença ou quando lhe ocorra incapacidade de trabalho. O que tem a ver com cuidados de saúde a Guiné-Bissau enfrenta desafios significativos no sistema de saúde o que pode afetar a qualidade de vida dos idosos. A possibilidade de serviços de saúde, incluindo acesso a medicamentos e tratamentos adequados, pode ser limitada. A falta de infraestrutura e recursos médicos pode dificultar o acesso a cuidados de saúde de qualidade para os idosos. As mulheres idosas sofrem muito na nossa sociedade, porque é um ser frágil não é igual como homem, independentemente dos abusos sexuais ou discriminação com base no género, e também lhe chamaram de feiticeira, é assim que se chamam idosas/as na sociedade guineense fica como tabu.

Segundo Telles; Borges (2013, p. 3555) “a região subsaariana da África é a mais pobre região do mundo, o que implica que o envelhecimento da sua população é em grande parte vivenciado em contextos de pobreza generalizada e de profunda restrição econômica”. A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo, e a pobreza afeta a qualidade de vida em todas as faixas etárias, incluídos os idosos. Muitos idosos podem enfrentar dificuldades financeiras, falta de apoio financeiro e de segurança a serviços sociais pode ser um desafio para os idosos que não têm renda suficiente para atender às suas necessidades básicas, falta de moradia adequada, desnutrição e falta de acesso a serviços básicos. Telles; Borges (2013).

A manutenção de comportamentos saudáveis ao longo da vida, como alimentar-se adequadamente, fazer atividade física regular e evitar substâncias nocivas contribuem para a redução de doenças não transmissíveis e melhoria da capacidade mental, cognitiva e física, que atrasam a dependência e minimizam a fragilidade (1-2). A relevância dos ambientes de apoio é evidenciada quando o idoso apresenta algum tipo de incapacidade, pois servem para capacitá-lo na realização das atividades fundamentais, por isso recomenda-se oferecer opções públicas e seguras, estruturas físicas e transporte, bem como estruturas acessíveis às pessoas com incapacidade, ou seja, sem barreiras (2). (ASSUNÇÃO; PINTO; JOSÉ. 2020, p. 2 de 11).

Falta de segurança é um aspecto importante da qualidade de vida dos idosos, mas infelizmente a Guiné-Bissau tem enfrentado instabilidade política e social ao longo dos anos, o que pode impactar a sensação de segurança da população em geral, incluindo os idosos. Conflitos, violência e crime podem afetar negativamente a qualidade de vida dos idosos, aumentando o medo e a ansiedade. ASSUNÇÃO; PINTO; JOSÉ. 2020). Relatório de Liga Guineense dos Direitos Humanos (2018). sobre o direito à Saúde na Guiné-Bissau, Edição LGDH.

A saúde continua a ser uma prioridade secundária para a despesa pública. A proporção do orçamento do governo gasto com a saúde é de 5,18 por cento³⁷, bem abaixo do compromisso assumido pelo Governo em Abuja em 2001, quando os países da União Africana se comprometeram a adotar uma dotação orçamental de pelo menos 15 por cento para melhorar o sector da saúde. As despesas do governo com a saúde calculadas em percentagem do PIB estão em cerca de 1 por cento.³⁸ Ademais, menos de 1 por cento do orçamento geral de estado é atualmente alocado à saúde das mulheres e crianças,³⁹ apesar da vulnerabilidade crónica destes grupos populacionais. Deve-se notar que devido ao impasse político que afeta o país desde agosto de 2015, as despesas orçamentais para a saúde têm estagnado, já que os vários governos nomeados desde então não tiram os respectivos programas de governo e orçamentos aprovados no Parlamento.

A comunidade tem seu papel muito fundamental no apoio social desempenha um papel importante na qualidade de vida dos idosos, em Guiné-Bissau os idosos contam com ajuda de suas famílias e comunidade. No entanto, a migração de jovens para áreas urbanas ou outros países pode resultar na separação familiar e na falta de apoio direto aos idosos. Além disso, não a programas governamentais específicos ou a criação de políticas públicas para idosos e organizações não governamentais podem fornecer algum suporte social, embora sua disponibilidade possa ser limitada. Para salientar, a maior parte dos fundos do MINSAP estão alocados ao pagamento de salário de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde, onde estão os fundos para manutenção da infraestrutura de saúde e dos materiais dentro do centro! LGDH (2018).

As instalações, bens e serviços de saúde têm que estar acessíveis a todos e todas, sem discriminação, dentro da jurisdição de cada país, LGDH (2018). No artigo 13º da carta africana dos direitos humanos e dos povos relativos aos direitos de idosos em África, o que refere a Proteção de Idosos com Deficiência Compete aos Estados-membros:

Adoptar legislações e outras medidas para proteger os idosos com deficiência; 2. Garantir que as referidas legislações e outras medidas estejam em conformidade com os padrões regionais e internacionais; e 3. Garantir que os idosos com deficiência tenham acesso à dispositivos de assistência e cuidados especializados, que satisfaçam as suas necessidades nas suas respectivas comunidades.

Um idoso com a situação de vulnerabilidade, deve merecer atenção especial. Além disso, a mulher idosa em situação de pobreza é mais com a urgência que o Estado assume as suas responsabilidades para cuidar dela. A melhoria do sistema de saúde, garantindo o acesso adequado a cuidados de saúde para os idosos. Isso inclui a expansão da infraestrutura médica, fornecimento de medicamentos e tratamentos adequados, e treinamento de profissionais de saúde para atender as necessidades específicas dos idosos.

Acredito que não, visto que o setor de saúde com os outros setores convive com bastantes dificuldades, o que acaba afetando todos os nichos da saúde. “O investimento em proteção social é a primeira recomendação feita para o aprofundamento da cooperação com os parceiros internacionais” (Gomes Juliana, 2018, p.1). É notório que não há políticas públicas concretas e claras no que diz respeito ao envelhecimento na Guiné-Bissau. A ausência do Estado na promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos idosos gera, muitas vezes, situações de constrangimento e abandono dessa faixa etária.

Os Pisos de Proteção Social (PPS) garantem o acesso a cuidados essenciais de saúde e a uma segurança básica de rendimento para crianças, pessoas em idade ativa e idosos. 185 países adotaram a Recomendação relativa aos Pisos de Proteção Social, 2012 (N.º 202), uma abordagem para alcançar a proteção social universal. Este

resumo apresenta uma experiência nacional bem-sucedida de extensão da proteção social. (Gomes Juliana, 2018, p.1)

Não, mesmo na saúde em geral ainda há precariedade, e é uma população que necessita muito da atenção do governo, visto que envelhecimento traz uma série de complicações e limitações na saúde se não for muito cuidado, não só físico, mas psicológico e socioeconômico.

A troca de experiências e conhecimentos com outros países, no caso dos países que fazem parte da CEDEAO, bem como o apoio de organizações especializadas é crucial para o reforço do sistema de proteção social na Guiné-Bissau, a Constituição da República da Guiné-Bissau fala sobre regalias que os antigos combatentes, dos idosos, de pessoas com deficiência têm direito enquanto cidadãos, como demonstrado na cooperação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Cabo Verde através dos programas STEP/Portugal e ACTION/Portugal.(Gomes Juliana, 2018, p.1)

O sistema de proteção social da Guiné-Bissau é um plano estratégico para redução da pobreza, cuidados essenciais de saúde e a uma segurança básica de rendimento para crianças, pessoas em idade ativa e idosos:

O sistema de proteção social da Guiné-Bissau assenta na Lei n.º 4/2007 de 3 de setembro, (Lei de Enquadramento da Proteção Social) – e está estruturado da seguinte forma: Proteção Social de Cidadania, instituições responsáveis é da tutela, não é responsável pela Lei, mas atribuída ao Ministério da Mulher, Família e Coesão Social, sob gestão da Direção Geral de Solidariedade Social do Ministério Das Mulher (MMFCS), Proteção Social Obrigatório, Instituto responsáveis é Ministério da Fundação Pública, Trabalho Modernização do Estado (MFPTME) e Proteção Social Complementar, Instituto responsáveis são Seguradoras, associações, entre outras instituições. (Gomes Juliana, 2018, p.2)

Percebe-se o sistema da proteção social da Guiné-Bissau, as entidades responsáveis para garantir a proteção social. “De acordo com a Lei n.º 04/2007, o regime não contributivo é financiado pelo orçamento das receitas do Estado e por doações de outros países” mesmo assim o estado guineense atenção do governo, visto que envelhecimento traz uma série de complicações e limitações na saúde se não for muito cuidado.

4. Metodologia

Este artigo apresenta uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual foi baseada em artigos científicos, dissertações de mestrado, entre outros documentos que abordassem a temática de políticas públicas de saúde para pessoas idosas.

Assim, a técnica de pesquisa é analisar os dados obtidos das entrevistas e disponíveis na internet por meio de um levantamento bibliográfico, principalmente de livros e artigos científicos com a finalidade de revisão literária, além de documentos oficiais, de âmbito nacional, que abordem o tema. O objetivo da pesquisa é o de encontrar informações que auxiliem na análise dos sentimentos de pessoas que vivenciam a fase de envelhecimento

acerca do tema tratado como foco principalmente na Políticas Públicas de Saúde para Pessoas Idosas. “pessoa idosa e envelhecimento saudável”. Na opinião de Flick (2005, apud BARBOSA,159) é um trabalho de recolha de dados, o qual é reflexo do pensamento, opinião e considerações dos participantes e, por isso, deverá ser de natureza qualitativa.

A entrevista foi realizada no dia 14 novembro de 2023 e termina no dia 05 abril de 2024, foram entrevistadas 20 pessoas idosas/os, entre faixa etária de 60 a 70 anos, as entrevistadas de gênero feminino são 6 e do gênero masculino são 16 pessoas. A entrevista se deu através de questionários elaborados no google formulário e questionários enviados através de WhatsApp para Bissau, Guiné-Bissau.

5. Contexto Geográfico

Guiné-Bissau, um país que fica situado no Oeste do continente africano, é limitado ao Norte pelo Senegal, Sul e Leste pela Guiné-Conacri e Oeste pelo Oceano Atlântico. A Guiné-Bissau, tem uma superfície total de 36.125 km², e com uma população de 1.520.830 habitantes (INEC, 2009, p.02), constituídos por três províncias: Norte, Sul e Leste; e oito regiões administrativas: Gabú, Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Quinara, Oio, Tombali. As regiões estão por sua vez subdivididas em 36 sectores e o setor autónomo de Bissau; e mais de oitenta ilhas e ilhéus no oceano atlântico.

Este país é constituído por muitas etnias, expressando uma riqueza em diversidade cultural. Acredita-se que existe na Guiné-Bissau mais de vinte etnias, cada uma com a sua própria língua e manifestação cultural. As etnias majoritárias no país são: Fulas 28,5%; Balanta 22,5%; Mandinga 14,7%; Papel 9,1%; Manjaco 8,3%; Mancanha 3,1%; Sem etnia 2,2%; Bijagós 2,1%; Felupes 1,7%; Mansonca 1,4%; Balanta Mané 1,0%; Nalu 0,9%; Saracule 0,5%; Sosso 0,4% (INEC, 2009, p.21).

O país possui clima tropical húmido com duas estações anuais. Uma estação seca que vai de novembro a abril e uma estação das chuvas, que vai de maio a outubro. A média anual das precipitações oscila entre 1500 mm no Norte a 2000 mm no sul. A temperatura anual sob a influência dos ventos alísios varia entre 24 a 27°C. A humidade relativa média é bastante acentuada (cerca de 70 %) e essencialmente influenciada pelo regime dos ventos, a pluviosidade e a proximidade da costa.

6. Apresentação e Discussão dos Resultados

De acordo com os dados obtidos pelos entrevistados 20 pessoas idosos/as entrevistados, com 8 questionários elaborados através, do gerenciamento e envios dos formulários-google e interrogatórios ou o que eles acham, sobre políticas públicas de saúde para pessoas idosos, este estudo justifica-se por, devido ao alto índice da mortalidade das pessoas idosos e sem atenção específico na Guiné-Bissau.

As entrevistadas de gênero feminino, são 6 entre faixa etária de 60/65 anos que responderam os questionários, a partir da interesse dos entrevistados, eles responderam quase na mesma linha nas alguns questionário, de acordo com entrevistada **R1F**, não tem programa ou projeto específico para pessoas idosos, mas de saúde para população em geral, pessoas idosos paga tudo como cidadão normal, o governo deveria tomar uma medida para regular isso, imagine uma pessoa que perdeu capacidade de produzir, pagará o transporte saúde e tributos, mas porquê...??. na fala da entrevistada **R20F**, ela afirma que, sei de um programa, mas ela não é do governo é uma associação que se integram em ajudar essa população, o Programa de Intervenção e Assistência ao Idoso Bom Samaritano (P.I.A.I-O), destinado aos Idosos com o objetivo de proporcioná-los uma vida saudável através de Assistência Médica-Medicamentosa, Alimentícia e Psicossocial.

¹*Nô Kuida de Nô Bedjotis* (vamos cuidar ou proteger dos idosos) é um projeto voltado aos idosos da Guiné-Bissau, grupos de jovens médicos, enfermeiros e assistentes sociais, que ajudam de uma forma voluntária, sob apoio do PNUD e Banco Africano de Desenvolvimento. Percebe-se a organização ‘‘o P.I.A-O constatou que a reforma de muitos idosos guineenses é muito baixo, muitos deles têm filhos que estão desempregados, e por estas e outras razões não conseguem ajudar os pais’’ conforme relatado pela entrevistada **R17F**, pois existe necessidade de saúde dos idosos, mas o governo não criou nenhuma política para tal. No entendimento da entrevistada **R20F**, o meu "não" justifica a questão de não ter um programa feito pelo próprio estado ou governo. Mas por outro lado existem as ONGs, que acabam auxiliando nesses requisitos, partindo às vezes pela própria sociedade ou missões religiosas. Não sei se o país adotou alguma estratégia, estou sabendo só do plano estratégico regional que CEDEAO 2019/2020 que a comunidade Guineense faz parte, que adotou medidas para melhoria da saúde dos idosos para todos os países que fazem parte da comunidade, visto que o envelhecimento é muito mais rápido nesta região.

Conforme expresso na fala de alguns participantes, **R11F-**, **R06F-**, e **R08F**, eles desconhecem de projetos não governamentais e muito menos se existe uma política pública do governo guineense voltado aos idosos. Uma resposta de unanimidade dos entrevistados do gênero feminino que não existem políticas públicas de saúde para pessoas idosas pelo governo guineense.

Os entrevistados do gênero masculino, são 14 entre faixa etária de 60/70 anos que responderam os questionários, a partir do interesse dos entrevistados, eles responderam quase na mesma linha no desconhecimento de alguns questionários que foram colocados no google

¹ O Projecto ‘‘Nô kuida de nô Bedjotis’’ é um projeto do Programa de Intervenção e Assistência ao Idoso Bom Samaritano (P.I.A.I-O), destinado aos Idosos com o objetivo de proporcioná-los uma vida saudável através de Assistência Médica-Medicamentosa, Alimentícia e Psicossocial, garantindo assim uma maior inclusão deste grupo na sociedade.

formulários, conforme expresso entrevistado **R07M**, na Guiné-Bissau, não há informações específicas disponíveis sobre políticas de capacitação para idosos. No entanto, existem iniciativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à saúde que podem beneficiar essa população. Alguns exemplos incluem o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Refere também o entrevistado **R12M**, porque a política pública para mim, é aquele que foi implantado, então o que acontece em Guiné em relação aos idosos, não a considero de política pública, mas sim de um programa simplesmente político de modo a demonstrar uma pequena diferença no tratamento das classes, e não seriamente de acabar com problemas que os idosos enfrentam agora. Conforme relatado pelo entrevistado **R03M**, a única política que eu tenho conhecimento é a reforma. Esta reforma na Guiné-Bissau é uma estratégia quase prejudicial a essa camada, pois quando uma pessoa se submete a reformar, não é recompensada, ou seja, o governo não incentiva pessoas a se reformar, por causa da falta desse incentivo, ninguém se dispõe da reforma se.

Entretanto **R03M** reforçou que nada foi feito. Cada família cuida do seu velho na medida do possível. Se a família tiver meios económicos suficientes, este velho goza do privilégio, mas nem sempre acontece. Porque poucas famílias têm renda suficiente para se manter. Imagine uma família que se preocupa em se manter, quando é que vai se preocupar com um velho (idoso)? No entendimento do entrevistado **R02M**, a assistência destes indivíduos é individual depende totalmente de família não há intervenção direto de estado ou um instituto criado para o estado para este fim.

De acordo com o entrevistado **R15M** é com muita dor e pena, temos um Estado que nem pensa sobretudo naquilo que se diz políticas públicas, tanto de inclusão e nem do envelhecimento. Se na Matriz Guineense, não existem projetos voltados à camada mais jovem, imagina pessoas mais velhas/idosos? Mas que de uma forma à outra, pode ter, mas que pode se encontrar no papel.

Entretanto, os acordos assinados com os países parceiros no caso da CPLP, segundo os participantes **R12M** e **R07M** responderam assim os acordos de cooperações existentes entre a Guiné-Bissau e outros países de CPLP, visa garantir uma boa qualidade de atendimento médico e medicamentosa, não só pelos idosos, mas para a para toda classe, então o acordo de mobilidade entre esses países, seria no âmbito de promoção e prestação dos serviços necessário ao mais necessitados. Os acordos de cooperação existentes entre a Guiné-Bissau e os demais países da CPLP para a promoção da saúde de idosos guineenses são: Acordos entre CPLP, esses acordos visam fortalecer as diversas áreas da saúde entre os Estados-membros da CPLP. Embora não exista um acordo específico para a promoção da saúde de idosos guineenses, há acordos no âmbito do novo Programa Estratégico de

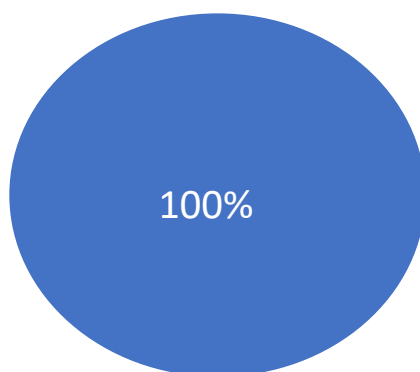
Cooperação (PEC) entre a Guiné-Bissau e Portugal. Esses pactos objetivam o desenvolvimento em diversas áreas de domínio, incluindo a saúde. No entanto, não há menção específica à promoção da saúde de idosos nesses acordos.

Percebe-se, a União Africana e CEDEAO sobre o envelhecimento fornecem aos Estados membros um guia para a elaboração de políticas e programas nacionais, a Guiné-Bissau não consegue criar ou adotar pelo menos uma política pública para pessoas idosas, deixaram nas mãos da sociedade através das ONGs que assumem o papel de um estado.

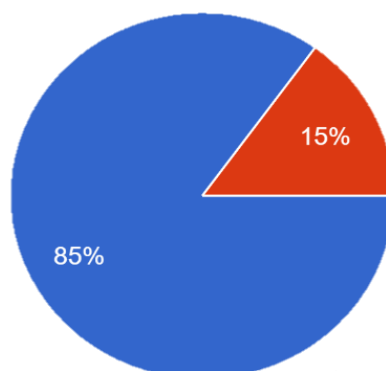
Restante dos entrevistados **R04M, R05M, R09M, R10M, R13M, R14M, R16M, R18M e R19M**, respondem da cooperação médico entre países e acordos assinados entre organizações que a Guiné-Bissau é signatário, também desconhecem se a um política pública voltado à pessoa da terceira idade, então o que acontece em Guiné em relação aos idosos, não considero-a de política pública, a demonstrar uma pequena diferença no tratamento das classes, e não seriamente de acabar com problemas que os idosos enfrentam agora.

São os vintes entrevistados: R01F- R02M- R03M- R04M- R05M- R06F- R07M- R08F- R09M- R10M- R11F- R12M- R13M- R14M- R15M- R16M- R17F- R18M- R19M e R20F.

Nas opiniões recolhidos pelos entrevistados sobre questionário se existem políticas públicas para idosos em Guiné-Bissau, **sim** ou **não**, no total dos 20 entrevistados responderam não que corresponde 100%.



De acordo com entrevistados que responderam os questionários, se existe uma assistência às necessidades de saúde dos idosos, **sim** ou **não**, no total de 20, os que respondem **não** são 17 que corresponde 85% e o 3 que responde **sim** que corresponde 15%.



É consenso que a constituição da Guiné reconhece a relevância da saúde, no seu art.15º “a saúde pública tem por objetivo promover o bem-estar físico e mental das populações e a sua equilibrada inserção no meio sócio--ecológico em que vivem”. Isso implica que o estado deve pautar numa política saudável com cidadãos. Na minha modesta opinião, não vejo de uma forma clara uma política voltada na promoção de envelhecimento saudável por parte do governo. Por outra vertente, as organizações não governamentais acabam assumindo o papel do Estado que na realidade não deve acontecer. Apesar que o ONGs é parceiro do estado.

A partir da análise detalhada dos dados obtidos na entrevista e documentos considerados nesta pesquisa, o envelhecimento populacional é um dos significativos no século XXI e tal fenômeno traz consigo importantes impactos de longo alcance em diversos domínios da sociedade. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho foi identificar se a políticas públicas de idosos e analisar os sentimentos das pessoas que vivem a fase de envelhecimento e à atenção primária de saúde de idoso na Guiné-Bissau.

Tendo em conta, as dificuldades traçadas no momento da pesquisa é de acessar as informações junto aos entrevistados, muitos idosos mostram indisponibilidade de responder ao questionário, outros alegaram fator de tempo, doença e desconhecimento de assunto, um outro dificuldade de acessar artigos, dissertação relacionado à temática das políticas públicas de saúde para pessoas idosas, na Guiné-Bissau.

Assim, percebe-se a velhice deve ser considerada no ciclo da vida não como uma doença, mas como um processo de viver envelhecendo, de conviver com intercorrências, as quais podem ser preveníveis e, em especial, que a divulgação de políticas públicas relacionadas ao processo de envelhecimento a organização não governamental, que assumem a criar uma políticas para as pessoas da terceira idade, ajuda os que estão distante a ficar saber através da uma divulgação, nos rádios e televisão tv, a falta da presença estatal em garantir os direitos básicos da população, nas construções dos lares acompanhado com um centro de saúde específico para os idosos e acompanhar os processos de envelhecimento na íntegra, devido ao grande número dos idosos sem condições de se cuidar.

7. Considerações Finais

7.1 Conclusão

Ao longo do trabalho consegui entender através das respostas obtidas de vinte pessoas idosas/as, que na sua maioria estão com a falta de informação quanto à Lei que protege eles/as, sendo que o próprio Estado guineense não criou mecanismos para informar a população sobre os direitos que protegem as pessoas idosas. Portanto, o objetivo deste artigo visa informar e conscientizar a população no respeito às pessoas idosas e, principalmente, informar diferentes camadas sociais sobre os direitos dos/as idosos/as no nosso país. Um passo que precisa ainda está na sua fase embrionária, visto que, é um estudo novo a respeito as pessoas idosas na Guiné-Bissau, e como um guineense que viveu a maior parte da minha vida lá, entendo que, é um trabalho desafiador e árdua para mim, mas não impossível. Acredito que este artigo vai permitir muitas pessoas a terem acesso às informações.

A primeira é a revisão bibliográfica dos estudos relacionados a esta temática, através das pesquisas feitas nos documentos, artigos, monografias e teses para dar mais sustentabilidade a pesquisa, através de uma leitura minuciosa feita com muita rigidez e a entrevista estruturadas com questões elaboradas por mim, a segunda etapa é a recolha dos dados obtidos tanto da revisão bibliográfica e assim como da entrevista conduzida por meio de um google roteiro que enviei através do aplicativo WhatsApp para o meu irmão em Bissau, Guiné-Bissau. E entendi que o método mais eficaz a utilizar é qualitativa, permitindo-me ter mais eficácia na obtenção dos dados obtidos durante o primeiro e o segundo passo da pesquisa. Portanto, o método qualitativo me dá mais campo de manobra na compilação dos dados da revisão de todos os documentos que li e também na recolha e transcrição dos depoimentos das respostas obtidas através dos questionários no formulário enviado.

A Guiné-Bissau é um país frágil economicamente tendo em conta os sucessivos instabilidades que este tem vivenciado ao longo dos anos, isto é, os golpes de estados e sucessivos derrubes dos governos eleitos que não conseguem completar os anos de mandato que na Lei do país consta, e isso permite que a maioria dos planos governamentais acabam por não serem cumpridos pela duração precoce do Governo. Este artigo surge de pesquisa num interesse que desde sempre senti comovido com as pessoas idosas no meu país por falta de acompanhamento do nosso governo e, quando constatei na nossa Lei magna do país que está plasmado o direito dessas pessoas, mas que o próprio Governo não zela em cumprir a sua mais que obrigação para com as/os idosas/os. Portanto, para conseguir a sua implementação na íntegra como consta plasmado na Constituição do país, os governos têm que criar mecanismos no qual serão passadas as informações nas diferentes rádios, televisões e canais digitais para a sensibilização sobre os direitos que emanam as/os idosas/os na Guiné-Bissau, e também que essas leis sejam obrigações de qualquer que seja o Governo no seu

cumprimento integral. É urgente a intervenção do Governo em informar e punir veementemente todos os maus que as pessoas idosas sofrem, e também construir/adaptar diferentes imóveis ou móveis das instituições tanto privadas como públicas para assim permitir às pessoas idosas a terem facilidade no acesso e locomoção. E isto proporcionará um aumento significativo na esperança média de vida na Guiné-Bissau, na redução do assassinato das pessoas idosas nas diferentes zonas rurais ou urbanas do nosso país e, principalmente, que está camada de população possa viver condignamente gozando dos seus direitos que o próprio Estado institui na Constituição do país.

Este artigo surge de pesquisa num interesse que desde sempre senti comovido com as pessoas idosas no meu país por falta de acompanhamento do nosso governo e, quando constatei na nossa Lei magna do país que está plasmado o direito dessas pessoas, mas que o próprio Governo não zela em cumprir a sua mais que obrigação para com as/os idosas/os. Portanto, para conseguir a sua implementação na íntegra como consta plasmado na Constituição do país, os governos têm que criar mecanismos no qual serão passadas as informações nas diferentes rádios, televisões e canais digitais para a sensibilização sobre os direitos que emanam as/os idosas/os na Guiné-Bissau, e também que essas leis sejam obrigações de qualquer que seja o Governo no seu cumprimento integral. É urgente a intervenção do Governo em informar e punir veementemente todos os maus que as pessoas idosas sofrem, e também construir/adaptar diferentes imóveis ou móveis das instituições tanto privadas como públicas para assim permitir às pessoas idosas a terem facilidade no acesso e locomoção. E isto proporcionará um aumento significativo na esperança média de vida na Guiné-Bissau, na redução do assassinato das pessoas idosas nas diferentes zonas rurais ou urbanas do nosso país e, principalmente, que está camada de população possa viver condignamente gozando dos seus direitos que o próprio Estado institui na Constituição do país.

Para os pesquisadores que pretendem pesquisar sobre este tema tão novo ainda no contexto dos estudos relacionados a Guiné-Bissau, que é sempre bem-vindo cada contribuição individual ou coletiva sobre a esta temática, claro que é difícil realizar pesquisas no nosso país, visto que, é tão difícil encontrar documentos científicos em diferentes campos das ciências, e em particular nessas questões de políticas públicas para as pessoas idosas uma vez que foi pensado nas décadas de 1990, através de uma nova Constituição da República. Portanto, é uma tarefa desafiadora mas não impossível para um/a pesquisador/a com interesse em trazer a luz da ciência realidades que possam ser normalizadas através das nossas pesquisas, Por isso, cada pesquisa sobre este tema vai permitir o Governo guineense tomar engajamento urgente para o cumprimento dos direitos das pessoas idosas no país, porque as pesquisas não servirão só como o meio de sensibilização mas também sobre a denúncias quanto a maus tratos que esta camada da população nacional sofre ao longo dos anos.

Referências

ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (2018). Enquadramento e perspectivas de desenvolvimento levantamento e caracterização das empresas comerciais e industriais 2017. Disponível in: https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO_guineBissau-1.pdf, Acesso no dia 19/06/2023.

Assistência Médica-Social na Terceira Idade (Guiné-Bissau).17 junho 2022. Disponível in:<https://nanomon.org/noticias/assistencia-medica-social-na-terceira-idade-guine-bissau>. Acesso no dia 29/03/2024.

ASSUNÇÃO, Marta Regina Soares de, PINTO, Susana Isabel Mendes e JOSÉ, Helena Maria Guerreiro. Política pública e de saúde para o idoso na África ao Sul do Saara. 8 de jul. 2020 Disponível in: <https://www.scielo.br/j/reben/a/mzxJdKjz84SJCKYFG5jptrq/?format=pdf&lang=pt>, Acesso no dia 19/06/2023.

AZEVEDO, Anderson Leonardo de. **Análise das Condições de Funcionamento das Bibliotecas nas Instituições de Formação dos Técnicos em Saúde nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)**, Rio de Janeiro 2016.

BARBOSA, Cristina Maria Oliveira, **Políticas públicas locais para o envelhecimento: o caso de Portugal e da Suécia**, 22 p.

BORGES, Ana Paula Abreu e CASTILHO, Angela Maria, Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, Rio de Janeiro: EAD/Ensp, 2008. Disponível in: [Envelhecimento e saude da pessoa idosa.pdf \(usp.br\)](#) Acesso no dia 20/06/2023.

CORREIA, Lenilda Sanches, ENVELHECIMENTO ATIVO E QUALIDADE DE VIDA: UM ESTUDO EM CABO VERDE, setembro de 2012.

DJATÁ, Etelvina Vaz. **Governabilidade do Sistema de Saúde na Guiné-Bissau: Oportunidades e Desafios da Governança para a Promoção dos Cuidados de Saúde Primário na Guiné-Bissau**, outubro, 2021.

Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional ESAN-CPLP, Versão em Desenvolvimento Julho de 2011.

Extensão da Proteção Social na Guiné-Bissau, Proteção Social em Ação: Construindo Pisos de Proteção Social agosto de 2018, Disponível in: [Media.action \(social-protection.org\)](#), Acesso no dia 29/03/2024.

Guerreiro, C. S. et. al. (2017). Planeamento estratégico no setor da saúde da Guiné-Bissau: evolução, influências e processos, artigo original. Disponível in: [Livro para TCC I 5.pdf](#) Acesso no dia 24/06/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSO - INEC. Recenseamento geral da população e habitação. Bissau: INEC, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA, TERCEIRO RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO DE 2009. Disponível in: file:///C:/Users/manel_vad5rmq/Downloads/idosos_RGPH2009.pdf , Acesso no dia 28/06/2024.

Liga Guineense dos Direitos Humanos (2018). Relatório temático sobre o direito à Saúde na Guiné-Bissau, Edição LGDH.

NUNES, Camila Henriques, **Análise da Implantação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa no Município de Campos dos Goytacazes-rj com Ênfase na qualificação dos trabalhadores**, Rio de Janeiro 2016.

PLANO ESTRATÉGICO REGIONAL 2020-2024 DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL NO ESPAÇO CEDEAO. Disponível in: plano-estrategico-regional-2020-2024-do-envelhecimento-saudavel-no-espaco-cedeao.pdf (wahooas.org) Acesso no dia 29/03/2024.

Protocolo à carta africana dos direitos humanos e dos povos relativos aos direitos de idosos em África, adoptado pela vigésima sexta sessão ordinária da conferência, de 30 – 31 de janeiro de 2016.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA 1996. Disponível in: Na página de face-bock Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Acesso no 28/062024.

SANCA, Quirino Salvador Sanca; Sistema Nacional de Saúde (SNS) e a Medicina Tradicional na Guiné-Bissau, Porto Alegre 2021.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos/ Leonardo Secch.- São Paulo : Cengage Learning, 2010.

SILVA, Augusto Paulo, CÁ, Tomé e FERRINHO, Paulo, Planeamento estratégico no setor da saúde da Guiné-Bissau: evolução, influências e processos. Disponível in: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/4168743/Planeamento_estrategico_no_setor_da_saude.pdf Acesso no dia 19/06/2023.

Solução: Nô kuida de Nô Bedjotis, Assistência Medica-Medicamentosa, Alimentícia e Psicossocial Para os Idosos. **Desenvolvido por:** Programa de Intervenção e Assistência ao Idoso - O Bom Samaritano, **Apoiado por:** Plataforma Na Nô Mon, PNUD e Banco Africano de Desenvolvimento 03 Nov 2023. Disponível in: <https://nanomon.org/solucoes/no-kuida-de-no-bedjotis>, Acesso no dia 29/03/2024.

SOUZA, Elaine Regina Lopes, **GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO**, Votorantim 2018.

TELLES, José Luiz e BORGES Ana Paula Abreu, **Velhice e Saúde na Região da África Subsaariana: uma agenda urgente para a cooperação internacional**, Rio jan. 2013.